VI Simpósio Nacional de
HISTÓRIA CULTURAL
Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

O ANTES E O DEPOIS – UMA HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL DO QUEBRA-QUEBRA DE 1942

Carlos Renato Araujo Freire*

Depois do afundamento de mais cinco navios brasileiros por submarinos alemães entre os dias 15 e 17 de agosto, ocorreu em âmbito nacional, no 18 de agosto de 1942, uma série de depredações a estabelecimentos comerciais pertencentes aos estrangeiros que tinham alguma relação com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Somou-se mais de 200 baixas civis nesses ataques, motivo este que é comumente atribuído como a justificação mais plausível para essa violenta reação. Essas depredações ficaram conhecidas na capital cearense como o Quebra-quebra de 1942. Dois dias após essas agitações, o governo brasileiro declara guerra aos países do Eixo. A guerra, antes distante, torna-se presente no cotidiano da população fortalezense.

O nome do evento além de descrever redundantemente a própria ação coletiva de quebrar, nomeando o evento enquanto tal, esse "grito" ecoado repetidamente pela multidão no decorrer das depredações nos serve como pista dos meios subreptícios que os atores históricos difundiram a notícia e as lembranças do ocorrido. Pois se

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui graduação em História na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Foi estagiário do Instituto Histórico do Ceará e do Memorial da Cultura Cearense. Atualmente participa do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: crenatoaf@hotmail.com.

ISBN: 978-85-98711-10-2

analisarmos apenas os periódicos de época para reconstruir o evento esbarraríamos em um problema: o silêncio. Mesmo que isso não signifique a ausência total de barulho, ou seja, uma ausência total de vestígios sobre o Quebra-quebra de 1942 na imprensa escrita, não teríamos muito o que falar sobre este dia. A escassez é evidente. Vejamos.

No jornal *O Povo* do dia 18 de agosto, salientava-se o clima de indignação que tomava conta do país e as várias manifestações ocorridas. Discorria-se sobre as repercussões intensas no povo cearense, afirmando-se que, pela manhã, "os estudantes e o povo em geral organizaram vibrantíssimas passeatas no centro da cidade, ouvindo-se a cada instante aclamações entusiásticas ao Brasil." Uma dessas passeatas teria comparecido em frente à redação do *O Povo* e escutado um dos redatores do jornal aclamando a todos para a necessidade de "congregar todas as energias em defesa da Pátria". A matéria é encerrada falando da incontida vibração "a qual assumiu maiores proporções às 11 horas." [1]

Na matéria do dia posterior, dia 19 de agosto, na primeira página, foi publicado um editorial do jornal reconhecendo "a justiça que inspira a indiguinação causada pelos recentíssimos atentados", entretanto, conclamava as pessoas para voltar a calma, fazendo um "alto em seu delírio patriótico afim de aguardar a palavra do Governo". "Todos em posição de sentido!" exclamava o editorial. A população deveria obedecer às ordens e decisões superiores nessa hora muito grave, essencialmente, resumidas nesse tripé exposto nas últimas palavras do editorial: "Silêncio, trabalho e vigilância!".[2]

Nesse mesmo dia 19, publicou-se ainda uma nota da Interventoria Federal pedindo "aos Srs. Pais de Família e aos Diretores de Colégio que recolhessem os estudantes às suas casas" a fim de manter a ordem pública, e que para isso iria recorrer a medidas energéticas. O povo deveria se entregar imediatamente às suas atividades comuns e aguardar serenamente a oportunidade de servir à Nação. Ressaltou-se ainda a necessidade de união de todos num só pensamento: "o de servir e honrar a Pátria confiando na ação patriótica do preclaro Presidente Vargas [...]". [3]

---

[2] "Vibra povo cearense contra a pirataria nazista". Jornal **O Povo**, 18/10/1942, ano XX. p. 04.

[2] "Ao Povo". Jornal **O Povo**, 19/10/1942, ano XX. p. 01.

[3] "Apelo da Interventoria Federal aos srs. Pais de família, diretores de colégio e ao público em geral". Jornal **O Nordeste**, 19/08/1942, ano XXI, nº 6106. p. 01 (recorte meu).

ISBN: 978-85-98711-10-2

Ficam evidentes as maquinações políticas dos enunciados e o cuidado para não ferir as exigências do momento de *paz, vigilância* e *silêncio*. Não se negava a existência das atitudes hostis, porém, passado esse momento desviante, imprevisível e inevitável de reação ao absurdo ataque, deveria prevalecer, na população em geral, o bom comportamento dentro dos imperativos de guerra. Assim, apenas de forma muito diagonal, temos acesso a alguns indícios dos acontecimentos ocorridos naquela data, através de escassas referências como "as manifestações coletivas" ou "as vibrantíssimas passeatas" que, em torno das onze horas, teriam tomado contornos de "maiores proporções", ou, transformando-se num "delírio patriótico". Não aparecem qualquer alusão ou descrição mais detida, e, muito menos, alguma referência aos desdobramentos mais violentos do evento ocorrido intitulado como o Quebra-quebra de 1942.

Para podermos conjeturar esse evento silenciado nos periódicos da época, tivemos que recorrer a outras fontes. Até o momento as fontes que nos trouxeram melhores esclarecimentos sobre aquele dia estavam relacionadas ao campo da memória, tanto escrita quanto em forma de imagem. Essas fontes atestam a própria existência do evento dentro de uma "luta pela memória"[4], em que as exigências do presente-pretérito do ocorrido priorizavam o silêncio como recurso apaziguador.

Já caracterizamos um primeiro momento da história da memória do Quebra-quebra de 1942, imediatamente após o ocorrido, em que sofreu-se um processo de silenciamento devido à política de defesa passiva. Precisavasse de um processo de interdição das atitudes e assuntos considerados perigosos à paz interna, que poderiam colocar à perder a vitória externa. Porém, esse silêncio não significa esquecimento.

Malgrado esse processo de interdição, os estrangeiros que tiveram seus estabelecimentos depredados moveram processos judiciais contra o Estado pedindo indenização pelos danos às suas propriedades. A partir daqui, já estamos adentrando no

[4] Utilizaremos a noção de memória coletiva, potencialmente problemática, de Michael Pollak. Manuseando uma inversão construtivista para a análise dos fatos históricos, este autor, afirma que não se trata mais de "lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade." Para isto é preciso caracterizar a disputa que envolve os processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias, que muitas vezes apresentam-se em desacordo entre si ou, até mesmo, em confronto com uma referência oficial, ou seja, uma memória coletiva nacional forjada pelo poder instituído. Ver.: POLLAK, 1989. p. 04.

ISBN: 978-85-98711-10-2

segundo momento em que, o lembrar do Quebra-quebra suscita dúvidas sobre suas intenções e significados.

Algumas partes desses processos são expostas no livro *O Ceará na Segunda Grande Guerra*, o que nos permite perceber quais são os interesses em questão. A reconstituição do evento, dentro dos processos judiciais, está situada no confronto entre os imigrantes prejudicados e o Estado, este querendo provar a sua tentativa de conter a multidão dentro das suas capacidades, enquanto aqueles movem as suas perguntas e seus argumentos para tentar provar a omissão das autoridades em garantir a sua segurança, tornando-os culpados e responsáveis pelos estragos da multidão. Esse enfrentamento fica evidente nos depoimentos quando é discutido se a ação dos manifestantes teria sido organizada ou não, se o número de participantes teria sido tamanho para torná-los incontroláveis, se a polícia teria usado de todos os meios para garantir a segurança patrimonial dos prejudicados, entre outros pontos.

A ação do Estado nesse momento conflituoso foi de postergar o veredicto, o que, de certa forma, manteve a sua linha política de silenciamento dessas memórias. Podemos citar como exemplo a demora para conclusão dos autos, necessários para ter cabimento efetivo a ação ordinária de indenização por parte dos prejudicados, que foram concluídos apenas em 1946, quando o próprio regime do Estado Novo já havia acabado. Mesmo com o desenrolar dos processos judiciários essa discussão manteve-se em um foro reduzido e ligada à interesses antes de tudo íntimos e econômicos das famílias prejudicadas.

A partir da década de 1980, no aniversário de 40 anos do acontecimento, ocorre a erupção da memória do Quebra-quebra de 1942 como participante da História. Atribuímos esse movimento a dois fatores: primeiro, o fim de outro regime ditatorial e a reativação do movimento estudantil no começo da década de 1980, o que levou à uma série reflexões sobre passado. Para entender o regime ditatorial teoricamente recém-acabado era preciso entender os outros regimes ditatoriais por qual à democracia brasileira passou. É nessa época que se começa, no campo universitário por exemplo, a se refletir mais detidamente sobre a Era Vargas e o Estado Novo. Como já ponderamos anteriormente, esses fatores também influenciaram uma clivagem no campo da memória

ISBN: 978-85-98711-10-2

coletiva, já que as memórias estudantis do Quebra-quebra de 1942 passam da autocensura para uma posição "oficial".

Assim, nesse artigo esboçaremos uma história da memória do Quebra-quebra de 1942 privilegiando a análise de duas experiências fotográficas. A primeira é recorrentemente evocada e é de autoria do Sr. Thomaz Pompeu Gomes de Matos (TPGM), que descreveu o evento no seu livro de memórias da seguinte forma:

> [...] A revolta popular aumentava de minuto a minuto. Vi várias mulheres chorando durante a Missa. Nesse clima de revolta e indiguinação fomos para a Faculdade de Direito e lá nos reunimos em frente ao prédio onde oradores falaram concitando o Governo Federal a declarar Guerra à Alemanha.[...] Mais ou menos às 10:30 saímos em passeata [...] e [chegamos] a velha praça do Ferreira. [...] Por onde íamos passando a fileira ia aumentando consideravelmente. Quando atingimos a Coluna [da Hora], ali já se encontrava uma compacta multidão a gritar "morra Hitler e seus asseclas!". Vários oradores se fizeram ouvir [...] [avultando] o número de manifestantes face ao fechamento do comércio às 11:00 horas como era de hábito na época. Nisso, no meio da multidão ouve-se um grito: "Estão quebrando a padaria do Espanhol!". [...] Foi o início do quebra-quebra.[5]

TPGM foi uma testemunha ocular do evento em dois sentidos, pois presenciou o evento e também o fotografou. Na época, o mesmo possuía 24 anos, era estudante da Faculdade de Direito. Posteriormente, seguiu outra carreira e hoje é aposentado pelo Banco do Brasil.[6] Por motivos de constrangimento pessoal, somente 40 anos depois do Quebra-quebra de 1942, exatamente no ano de 1982, ao final da ditadura militar de 1964, TPGM realizou a divulgação mais ampla do seu relato através de algumas matérias de jornal, da elaboração de um álbum de fotografias e de um livro de memórias.[7]

---

[5] MATOS, Thomas Pompeu Gomes de. **O menino de Solar Rouge**. Fortaleza, CE, 1991. Livro de reminiscências não publicado, pp. 98 – 100 (recorte meu).

[6] TPGM pertence a uma família tradicional da política cearense. O seu pai, Raimundo Gomes de Mattos, nascido no Crato, em 1886, foi um prestigiado advogado e professor catedrático da Faculdade de Direito do Ceará, chegando a assumir a sua diretoria quando o então Diretor, Menezes Pimentel, foi eleito Interventor do Estado do Ceará em 1934. Exerceu outros cargos públicos como a função de Delegado de Polícia da Capital no Governo Accioly. Já a sua mãe, Léa Pompeu de Sousa Brasil (nome de solteira), era filha do engenheiro Hildebrando Pompeu de Sousa Brasil e neta de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, o Senador Pompeu, considerado como patriarca das letras do Estado do Ceará. Ela possuía também um forte vínculo com a família Accioly, por ser sobrinha do antigo comendador Antônio Nogueira Accioly.

[7] A primeira matéria é publicada na página do jornal *O povo* intitulada *Pesquisa e Comunicação*, datada no dia 22 de Agosto de 1982, escrita pelo memorialista e colecionador Miguel Ângelo de Azevedo

ISBN: 978-85-98711-10-2

Não foi por falta de demanda que esses testemunhos ficaram tanto tempo reclusos, pois, TPGM foi procurado por alguns dos advogados envolvidos nos processos judiciais movidos pelos donos dos estabelecimentos comerciais depredados contra o Estado pelas perdas sofridas.[8] Os reclamantes desejavam expor essas fotografias, dentro do processo de acusação, para servir como prova da parcimônia e omissão das autoridades, que não garantiram a segurança material para essas pessoas.

O esforço de lembrar o passado dentro desses suportes tem uma intencionalidade forte de impor uma versão do ocorrido. Como as fotografias não adquirem significado por si só, é preciso adestrar as suas leituras e atribuições de sentido.[9] Segundo Lowenthal, toda memória filtra o passado ao invés de refleti-lo, já que "a necessidade de utilizar e reutilizar o conhecimento da memória, e de esquecer assim como recordar, força-nos a selecionar, destilar, distorcer e transformar o passado acomodando as lembranças às necessidades do presente."[10]

TPGM efetuou um duplo corte: primeiro, com o seu ato fotográfico, seccionando uma parte do vivido para perpetuá-lo no passado em forma tangível nas fotografias; e o segundo corte é o na memória com os seus relatos, atribuindo sentido e significado para este evento. Sua representação do evento pode ser resumida da seguinte forma: a aglomeração de pessoas desgovernadas atacando os comércios que tinham alguma relação com os países do eixo, um movimento que começou como um ato de

(Nirez). A segunda matéria está inserida no caderno suplementar intitulado *Especial* do jornal *Diário do Nordeste*, do dia 08 de maio de 1995. Reduzido a um foro íntimo, mas com grande atenção dos pesquisadores após da divulgação nos jornais, o outro suporte é o álbum contendo 33 fotografias, na sua maioria de autoria do próprio TPGM, mostrando, em geral, a chamada passeata da vitória promovida no dia 10 de agosto de 1942, parte das ocorrências do dia 18 de agosto de 1942 e, por último, as consequências posteriores à declaração de beligerância contra os países do Eixo, representada por uma foto dos pracinhas marchando em destino ao front europeu. Já o livro de memórias *O menino de Solar Rouge* só teve sua primeira versão, ainda inacabada, no ano de 1989. Esse material é acervo do Memorial da Cultura Cearense (MCC) e as fotografias podem ser consultadas através do site do Museu da Imagem e do Som de Fortaleza: http://www2.secult.ce.gov.br/Recursos/Internet/Mis/acervoform.asp .

8 Até o momento de finalização desse projeto, o processo citado não foi encontrado em sua totalidade.

9 Segundo Pierre Sorlin, as imagens dependem da palavra para significar alguma coisa, sem esta estaríamos fadados ao erro de "imaginar qualquer coisa, dependendo da nossa fantasia". Sem a interpretação e o comentário, para garantir sua própria função, as imagens nada teriam para nos dizer. SORLIN, Pierre. "Indispensáveis e enganosas, as imagens testemunhas da história". In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 85.

10 LOWENTHAL, David. "Como Conhecemos o passado". In: **Projeto História**, São Paulo, (17), nov. 1998, p. 77.

ISBN: 978-85-98711-10-2

passeata patriótica dos estudantes de direito e que, pelo sentimento exacerbado da multidão, transformou-se no Quebra-quebra.

Passando as páginas do álbum do Quebra-quebra de 1942, observamos um certo malabarismo em sua organização: as fotos das passeatas anteriores servem para tapar o buraco da falta de fotos das passeatas dentro do dia 18, a ordenação em uma sucessão cronológica buscando sempre a verossimilhança com a própria ordem dos ocorridos, a utilização de fotos de outras pessoas como que para compor um painel imagético de toda extensão dos fatos, entre outros recursos. Já que as fotografias não adquirem significado por si só, é preciso adestrar as suas leituras e atribuições de sentido. Através das entrevistas e das suas reminiscências, ponderamos que a sua versão do Quebra-quebra de TPGM pode ser situada mediante a influência preponderante de pelo menos dois grupos: o grupo familiar e o grupo estudantil:

> Leonardo- Eu queria saber com que sensação o senhor foi pra casa naquela noite do dia 18 de agosto? Foi uma sensação de vitória?
> Thomaz- Não, eu fiquei até um pouco mais apreensivo quando eu cheguei, quando eu vi o povo tocando fogo nas casas, nas Pernambucanas, quebrando aquilo tudo, eu num tive muito entusiasmo naquilo não. Sabe por que? Em 1912 no Ceará, precisamente no dia 9 de novembro de 1912, a família Accioly, que eu faço parte, minha tia avó era casada com o comendador. O comendador era presidente do Estado, né, Antônio Pinto Nogueira Accioly, foi por 20 anos presidente do Estado. Então, a casa de meu pai, inclusive, quando houve esse movimento dos rabelistas contra a família Accioly, tocaram fogo, incendiaram e saquearam cerca de umas oito casas da família Accioly. A casa do meu pai, que é aquela que tem na fotografia, foi ameaçada, mas meu pai reagiu de rifle na mão, eu tenho o rifle lá em cima, de rifle na mão ao lado de minha mãe que magrinha, mas muito valente, ela ficou ao lado, foi assim que evitou que aquela casa fosse tocado fogo. Tocaram fogo e saquearam tudo que era da família Accioly. Os Accioly saíram daqui pobres, eles num eram ricos, eram abastados, mas tudo foi tocado fogo na casa, roubaram as jóias, a biblioteca, tudo![11]

A possibilidade das depredações ocorridas no Quebra-quebra de 1942 poderem retificar um outro acontecimento do passado, a chamada “deposição da Oligarquia

[11] MATOS, Thomaz Pompeu Gomes de. Entrevista concedida a Valeria Laena, Leonardo Damasceno de Sá, Emy F. Maia Neto, Daniel da Costa Gonçalves e Carlos Renato Araujo Freire. Fortaleza: 13-11-2006. p. 10.

ISBN: 978-85-98711-10-2

Accioly"[12], que teve um destino trágico para alguns de seus familiares, deixou-o apreensivo. Preocupava-o a probabilidade das depredações tomarem um rumo ainda mais descabido, o que parece ter influenciado diretamente a sua forma de lembrar, o seu enquadramento da memória. Esta não pode ser considerada uma atitude inocente. Por meio desse relato acima, observamos que a memória construída por TPGM do Quebra-quebra de 1942 está intimamente ligada com o passado político da sua família, o passado das grandes oligarquias.

Sobre a influência do grupo estudantil, esse período é lembrado como sendo o tempo áureo do ativismo do movimento estudantil, devido ao seu considerável poder de barganha diante das autoridades instituídas e a ampla representação da sua maior entidade, o Centro Estudantal. Entretanto, se por um lado, o relato de memória de TPGM, formado pelos discursos e as fotografias, é fortemente motivado pelos anseios de mocidade militante pró-aliados e, também, acaba tornando-se uma forma de registrar a ampla participação estudantil para além dos muros das próprias instituições escolares, não menos evidente é o seu distanciamento em relação aos "quebra-quebrantes". O seu ato fotográfico, a divulgação e a contestação tardia pela autoria das fotos são as provas que confirmam a sua presença dentro do ativismo do movimento estudantil da década de 40, mas, ao mesmo tempo, também, afirmam a sua ausência e distância relativa diante dos atos de violência e depredação no decorrer do Quebra-quebra. TPGM observou e

[12] A "Sedição de Juazeiro" foi o movimento que derrubou o governo de Franco Rabelo em 1914. Em 1912, Franco Rabelo ganhou as eleições para o governo do Ceará devido à "Política das Salvações", que foi implementada por Hermes da Fonseca e tinha a missão de combater os grupos que desenvolviam práticas oligárquicas. No Ceará este plano foi instalado para depor a oligarquia Accioly. O Governo de Nogueira Accioly dominou o cenário político cearense baseado em práticas como a troca de favores entre os coronéis, o nepotismo e a repressão aos opositores. Além disso, atrelava-se essas práticas dentro das maquinarias da "Política dos Governadores", baseada na troca de influência local por benefícios do Governo Federal. Manteve-se no poder de 1896, quando foi eleito presidente do Estado, até 1912, diante da revolta dos habitantes da capital, que ocasionou na eleição de Franco Rabelo. Todo esse rearranjo político, que iria se modificar novamente com a "Sedição de Juazeiro", não significou uma ruptura na forma de governar através das práticas oligárquicas, tratou-se mais de um conflito entre as abastardas movidas por interesses particulares. Ver: RAMOS, 2004, p. 358 – 362.

ISBN: 978-85-98711-10-2

fotografou, mas não quebrou.

Mesmo se tratando da leitura de um indivíduo, devemos ponderar que somente quando o colocamos em termos relacionais, com o grupo familiar e dos estudantes, é que conseguimos perceber a teia social envolvidas no processo de formalização da memória. Entretanto, a influência desses grupos não é notada apenas nas fontes memorialísticas posteriores que, supostamente, após o calor do evento, teriam mais tempo de ser habitada pelo passado. Essas influências perpassam não só a sua lembrança, mas, observamos, também, um vestígio disto na sua postura fotográfica pretérita.

Com base nos indícios anteriores e ao vermos a fotografia ao lado, percebemos um receio do fotógrafo em se aproximar da multidão. Quando ela se encontra enquadrada é numa distância considerável do aglomerado mais denso. Provavelmente, no ímpeto de mostrar o grande número de pessoas formando a multidão e ocupando uma parte considerável das ruas do centro da cidade. Muitas vezes os rostos estão direcionados para o motivo não demonstrado, os próprios atos de depredação. Assim, percebemos que na leitura de TPGM sobre o evento, a multidão é coadjuvante, mais expectador e menos participante. É lembrada, apenas, ao seguir os auspícios dos estudantes nas passeatas, ou quando está reprovadamente utilizando-se da violência. A expressão do civismo-nacionalista estaria representada no ativismo estudantil e encerrar-se-ia quando esse outro ator político, a multidão, age de forma violenta.

Já a ação da multidão não teria nenhuma justificativa na segunda experiência fotográfica, que foi descoberta no decorrer do ano de 2010 ao trilhar os caminhos dessa pesquisa. Ela é de autoria do Sr. Cunto, que era consul da Itália e também teve seu estabelecimento comercial depredado. Ela é composta de 7 fotografias que foram tiradas para constar no processo movido contra o Estado por não ter garantido a segurança material do estabelcimento, que era um misto de alfaiataria com sapataria. Essas fotografias formam uma série que representa apenas

ISBN: 978-85-98711-10-2

o antes e o depois do evento, sendo o seu antes caracterizado pelo sucesso comercial da loja toda organizada e o seu depois pela destruição causada pela multidão (foto acima).

Essa versão dos estrangeiros só teve seu registro escrito na historiografia tradicional, ligada ao Instituto Histórico do Ceará, no livro intitulado *O Ceará na Segunda Grande Guerra* de Stênio Azevedo e Geraldo Nobre, editado em 1998.

No início do capítulo, intitulado "Reação à Agressão", admitem que "versões diferentes circulam desde então, nem sempre compatíveis entre si", entretanto, ao final, perguntam retoricamente "se existe outra explicação além da indignação por motivo daqueles afundamentos e do enraizado conflito ideológico no subconsciente de alguns dos responsáveis".[13] A explicação da motivação da multidão por um atributo psicológico padece de um reducionismo, mas, mesmo diante dessa restrição, o trabalho feito pelos autores de coleta e publicidade de trechos dos processos judiciais movidos pelo imigrantes, das cartas e depoimentos dos funcionários e proprietários dos estabelecimentos comerciais atingidos, nos trouxe à tona uma outra versão do Quebra-quebra, a versão dos estrangeiros que se assemelha a uma tragédia:

> A saída foi rápida e atabalhoada, todos saíram com a roupa do corpo, os dois filhos menores, que dormiam, foram enrolados num lençol e levados para o automóvel. Os bens mais valiosos, alguma reserva de dinheiro, permaneceram onde estavam. [...] A idéia era retornar à noite, após passar aquele momento de agitação.
> [...] Não demorou muito, chegou o Sr. Cleuson Ladislau [...] trazendo a triste notícia que tinham depredado, quebrado, saqueado, a nossa casa, a horta e o jardim.
> Não houve agressão, porque ninguém se encontrava no local. Graças a Deus escapamos da fúria dos agitadores.
> Foram momentos de desespero, muita dor, muito choro, ao vermos tudo o que tínhamos reduzido a um montão de lixo.
> O papai chorava ao se encontrar com uma família, esposa e sete filhos (a última filha Rosa de Lima nasceu 12 dias após o "quebra-quebra", 30 de agosto de 1942). Filhos todos pequenos, estudando, era duro para recomeçar uma nova vida.[14]

Esse é o depoimento de João Batista Fujita, filho do imigrante Jusaku Fujita, dessa família *nissei* que construiu o chamado Jardim Japonês, abastecedor de hortaliças, frutas e flores para o consumo da antiga cidade de Fortaleza. Apesar de seu pai, naquela

---

[13] AZEVEDO, Stênio; NOBRE, Geraldo. **O Ceará na Segunda Grande Guerra.** Fortaleza: ABC Fortaleza, 1998, p. 58.

[14] AZEVEDO, Stênio; NOBRE, Geraldo. Op. Cit, pp. 100-103.

ISBN: 978-85-98711-10-2

época, já ter família constituída, ter se rebatizado como Francisco Guilherme Fujita (um nome mais brasileiro), ter se convertido ao catolicismo e ter seus esforços de imigrante dedicado ao trabalho reconhecidos por várias pessoas, sua propriedade também foi alvo da multidão. Nesse relato, não há mais lugar para lembrar esse passado com satisfação e orgulho, como em TPGM, aqui predominam a tristeza, o infortúnio e o trágico. Anteriormente, a violência desmedida era justificada pela causa patriótica e o desejo que o país declarasse guerra, agora, aparecem mais as angústias e preocupações como as perdas materiais e as consequencias afetivas.

A memória, enquanto objeto passível de conhecimento histórico, está sujeita à variação no tempo, "estando a sua significação, na medida em que se acha ligada ao porvir, em suspenso ela própria, em tempo de dilatação, expectante e, desse modo, relativamente indeterminada." É essa parte de incerteza o principal fundamento da pluralidade de percepções do mundo e dos seus, consequentes pontos de vista diferentes, como também é o espaço de interação das lutas simbólicas de imposição de uma visão legitimadora e das estratégias cognitivas de preenchimento "que produzem o sentido dos objectos do mundo social ao irem para além dos atributos meramente visíveis pela referência ao futuro e ao passado". Ao pesquisador, cabe o papel de perceber qual o sentido da posição como sentido daquilo que se pode ou se não pode "permitir-se a si mesmo", implicando uma aceitação tácita da sua posição, atribuindo um sentido dos limites ("isso não é feito por nós"), ou seja, um sentido das distâncias, que marcam e sustentam, fazendo-se respeitar determinada concepção propriamente política daquele grupo.[15]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Stênio; NOBRE, Geraldo. **O Ceará na Segunda Grande Guerra.** Fortaleza: ABC Fortaleza, 1998. BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LOWENTHAL, David. "Como Conhecemos o passado". In: **Projeto História**, São Paulo, (17), nov. 1998.

[15] BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. pp. 140 – 142.

ISBN: 978-85-98711-10-2

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

RAMOS, F. Régis Lopes. Juazeiro e caldeirão: espaços de sagrado e profano. In.: SOUZA, Simone de (org.). **Uma Nova história do Ceará.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.